

## AS CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO HISTÓRICO NA PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TIPOLOGIA E APLICAÇÕES

### THE CONTRIBUTIONS OF THE HISTORICAL METHOD IN RESEARCH IN INTERNATIONAL RELATIONS: TYPOLOGY AND APPLICATIONS

**Anna Beatriz Leite Henriques<sup>1</sup>**

**Gabriela Gonçalves Barbosa<sup>2</sup>**

**Rebeka Leite Costa<sup>3</sup>**

Departamento de Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa - Paraíba - Brasil

**Resumo:** O papel da História nas pesquisas em Relações Internacionais (RI) é grande questão metodológica enfrentada por várias abordagens teóricas. Dentre elas, destaca-se a virada behaviorista das ciências sociais, nos anos 1960, que tentou reduzir/apagar o papel da história nas pesquisas em relações internacionais, privilegiando aspectos metodológicos. No entanto, a História continuou desempenhando importante papel no campo, ainda que sob diferentes prismas. A historicidade contida em abordagens mais recentes, como a construtivista, e menos recentes, como a Escola Inglesa, devem ser interpretadas mais como um retorno às origens do que como inovação metodológica. Esse olhar ao passado, ensaiado por analistas políticos, se dá pela possibilidade de gerar, testar ou refinar suas teorias, além de apoiar ou desacreditar hipóteses de pesquisa (Lawson, 2010). O artigo, via análise qualitativa, relaciona História e RI, suscitando a necessidade de aprofundamento para fortalecer a área enquanto campo de estudo consolidado, passando, obrigatoriamente, pelo amadurecimento dos seus métodos de pesquisa. O artigo discute como a pesquisa no campo das RI pode beneficiar-se do método histórico, apresentando algumas diferentes utilizações, fugindo da dicotomia que polariza positivistas ahistóricos e pós-positivistas históricos e expondo algumas aplicações do método. Conclui-se que não há método único de pesquisa histórica nas RI, mas diversidade na produção do saber, conforme graus de generalizações obtidos pelas teorias de RI.

**Palavras-chave:** Método Histórico. Metodologia. Relações Internacionais.

**Abstract:** The role of History in International Relations (IR) research stands as one a significant methodological question faced by various theoretical approaches. Among them, the behavioural turn in the social sciences, during the 1960s, stands out, attempting to diminish or erase the role of history in international relations research, favouring methodological aspects. Nevertheless, History has continued to play a crucial role in the field, albeit through different perspectives. The historicity, contained in more recent approaches, for instance, Constructivism, and in less recent ones, such as the English School, should be interpreted more as a return to origins than as a methodological innovation. This look into the past, rehearsed by political analysts, is given by the possibility of generating, testing or refining their theories, as well as supporting or discrediting research hypotheses (Lawson, 2010). The article, via a qualitative analysis, relates the fields of History and IR, raising the need for deepening to strengthen the

---

<sup>1</sup> annablh@icloud.com

Orcid: 0000-0002-5343-7738

<sup>2</sup> gabrielagb@outlook.com

Orcid: 0000-0003-1335-0715

<sup>3</sup> rebekalc@gmail.com

Orcid: 0000-0002-4027-2268

area as a consolidated field of study, necessarily passing through the maturation of its research methods. The article aims to discuss how research in the field of IR can benefit from the historical method, presenting some of its different uses, avoiding the dichotomy that polarizes ahistorical positivists and historical post-positivists, and exposing some applications of the method. It concludes that there is no single method of historical research in IR, but diversity in knowledge production according to degrees of generalizations obtained by IR theories.

**Key-words:** Historical Method. Methodology. International Relations.

Recebido: 22/10/2023

Aprovado: 19/12/2023

## **Introdução**

As relações entre a História e as Relações Internacionais são há muito discutidas, especialmente após o surgimento das Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica pós-Primeira Guerra Mundial e as tentativas de não apenas diferenciar a nova disciplina das outras já existentes, mas também de reconhecer a influência e a contribuição de áreas como história, geografia, direito, sociologia, economia, entre outras, para a compreensão das relações entre os Estados enquanto objeto de estudo.

No contexto da *Detente*, o eixo decisório e interpretativo das relações internacionais buscou métodos mais objetivos de análise, por isso o período desde o fim da Guerra Fria até a última década foi marcado por um reavivamento na utilização e no estudo do método qualitativo nas Ciências Sociais, trazendo consigo a urgência da busca por rigor científico e consciência metodológica. Mais especificamente no campo das Relações Internacionais (RI), esse renascimento foi acompanhado, ao mesmo tempo, pelo retorno da História como um dos mais surpreendentes traços da abertura vivida pelas Teorias de Relações Internacionais (TRI) no pós-Guerra Fria (Lawson & Hobson, 2008).

O período que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, além de reforçar o realismo enquanto abordagem principal na análise de Relações Internacionais, abriu espaço para um debate diferente do anterior, de caráter metodológico, onde o centro da discussão não era sobre o que estudar, mas sobre a maneira/meios de se estudar os fenômenos internacionais, estando de um lado a abordagem “clássica” ou “tradicional” e o behaviorismo de outro.

Segundo Jackson e Sorensen (2007), a disciplina acadêmica de Relações Internacionais cresceu rapidamente, em particular nos Estados Unidos, onde as agências do governo e as fundações privadas estavam dispostas a apoiar a pesquisa “científica” de Relações Internacionais, produzindo uma nova geração de acadêmicos que adotaram uma conduta metodológica rigorosa.

Por esta perspectiva, seria possível haver uma ciência de Relações Internacionais cumulativa, parcimoniosa, precisa, sofisticada, com poderes explicativos e de previsão maiores,

com a visão de que as ciências sociais poderiam aplicar os mesmos métodos analíticos das ciências naturais (Jackson & Sorensen, 2007). O que ficou conhecido como “revolução behaviorista” (não específico das Relações Internacionais, mas das ciências sociais em geral), não era uma teoria, mas um esforço de transformar o estudo dos fenômenos internacionais “cientificamente”.

Em resposta a esta maneira cientificamente rígida e objetiva de lidar com os fenômenos internacionais, resgatou-se e desenvolveu-se a abordagem tradicional (ou clássica), que rejeita a visão de que pode haver uma análise científica definitivamente válida ou correta de política internacional, sendo a pesquisa acadêmica um produto da experiência, do observar, do ler, refletir sobre relações internacionais, análise cuidadosa de um assunto por meio da observação ponderada e crítica da política, levando em consideração a teoria política, aspectos históricos, filosóficos, legais e morais.

No decorrer da Guerra Fria alguns desafios colocaram a teoria realista à prova: o desenvolvimento da dinâmica internacional criou algumas novas questões que necessitavam de atenção. O processo de descolonização possibilitou o surgimento de vários novos países independentes (além de outros novos atores como as Organizações Internacionais, por exemplo) com agenda política diversa dos países predominantes (Estados Unidos e União Soviética). Temas como comércio e desenvolvimento começavam a ganhar espaço onde antes predominavam questões de segurança.

O realismo foi assim revisto (principalmente com Kenneth Waltz) e verificou-se o desenvolvimento (incorporando aspectos metodológicos positivistas) mais acentuado da teoria neo-realista e da teoria neo-institucionalista liberal (classificada por Keohane, em 1988, como “reflexivistas” e por Lapid, em 1989, como “pós-positivista”), que acabaram se envolvendo no que se convencionou chamar de “debate neo-neo”(que perdurou por cerca de duas décadas), configurando-se como as teorias principais (*mainstream*) neste período.

Estas duas teorias, segundo suas principais críticas – racionalistas, para Keohane (1988), e positivistas, para Lapid (1989) – (como o Pós-Modernismo, a Teoria Crítica, o Pós-Colonialismo e a Teoria Normativa) não conseguiam lidar com temas diversos, como identidade, cultura, ética etc. Lapid (1989) falava da existência, então, de um *terceiro debate* das Relações Internacionais, que chamou de debate entre positivistas e pós-positivista.

No final da década de 1980, desenvolveu-se (no âmbito das Relações Internacionais) o Construtivismo, uma contribuição que acabou sendo reconhecida como importante no decorrer da década de 1990.

Deste modo, apesar de renegada a uma função secundária do campo à época da virada científica behaviorista em meados da década de 1960, o uso da História nunca deixou de ser uma ferramenta para as teorias de RI; pelo contrário, seu uso não é novidade ou muito menos requinte teórico das vertentes pós-positivistas do saber. Assim, a historicidade contida em abordagens mais recentes, como a construtivista, e menos recentes, como a Escola Inglesa, devem ser interpretadas mais como um retorno às origens do que como inovação metodológica. Esse olhar ao passado ensaiado pelos analistas políticos, diferentemente das motivações dos historiadores propriamente ditos, dá-se pelo vislumbre da possibilidade de criar, testar ou refinar suas teorias, além de apoiar ou desacreditar hipóteses de pesquisa (Lawson, 2010).

Apesar de divergirem quanto à utilização do olhar para o passado, a relação entre os campos da História e das Relações Internacionais é assaz importante. De acordo com Saraiva (2007), sem a história, fenece a capacidade crítica do entendimento das condições internacionais que rodeiam o momento atual e a história está na própria base da formulação primeira da institucionalização do campo das relações internacionais como uma disciplina acadêmica forte nos grandes centros universitários mundiais.

Bukovansky et al. (2023) apontam duas proposições sobre a relação entre História e Relações Internacionais: uma é que não podemos entender como as relações internacionais funcionam sem entender a história e como formas diferentes de *ordens* políticas se desenvolveram; e a outra é que a história do mundo como um todo não pode ser escrita sem levar em conta a existência de um sistema internacional (ou sistemas internacionais) em uma escala global.

Diante dessa incontestável – e de longa data – presença e das inúmeras contribuições da História na pesquisa em Relações Internacionais, torna-se latente a necessidade de estudar como a pesquisa no campo pode se beneficiar do método histórico e das suas ferramentas de pesquisa. Com o objetivo final de auxiliar no fortalecimento das RI como campo metodologicamente consolidado, o presente artigo propõe-se a oferecer uma introdução à abordagem histórica, reconhecendo a impossibilidade de esgotar os meios necessários e urgentes que precedem o fortalecimento metodológico e científico almejados pelo campo.

Na busca pelo afastamento da dicotomia limitadora que polariza positivistas ditos *ahistóricos* e pós-positivistas históricos e entendendo que não há um método único de pesquisa histórica nas RI, conforme defendido por Lawson (2010), o presente artigo pretende apresentar como se desenvolveu o relacionamento entre as duas áreas do saber e expor as contribuições que o método histórico pode trazer, enquanto ferramenta analítica, ao estudo das Relações Internacionais.

## 1. *Milestones* na relação entre a História e as Relações Internacionais

Se a indagação sobre a possibilidade da história ou dos métodos históricos serem utilizados como ferramentas analíticas para a compreensão das relações internacionais fosse feita há algumas décadas, a resposta provavelmente seria um veemente *não*. O campo da história era acusado de ser meramente descritivo e de, apesar de fornecer dados, não exercer um papel independente de análise propriamente dita.

Segundo Salomon (1993), os estudos históricos sobre as relações internacionais tiveram como marco inicial a publicação de uma série de tratados e documentos diplomáticos no século XIX. A disciplina, comumente conhecida nos Estados Unidos como “história diplomática”, tinha como objetivo criar uma narrativa do que realmente aconteceu, através do estudo dos fatos, e revelar o padrão de comportamento dos monarcas. Surgiu como um campo de estudo da condução de políticas governamentais, o chamado *statecraft*, e da conduta da política externa dos estados.

Esses estudos iniciais, datados do período posterior ao fim da Primeira Grande Guerra (Glencross, 2015), foram marcados pela análise de documentos diplomáticos tradicionais, correspondências entre governos, memorandos internos e instruções às embaixadas. Essas fontes, apesar de suscitarem questionamentos e problemáticas a serem analisados pelos historiadores, limitavam e restringiam a perspectiva destes, uma vez que favoreciam análises a nível individual e puramente descritivas (Salomon, 1993). Esse olhar limitado, que não contemplava as causas econômicas ou domésticas do problema, por exemplo, predominou até o período posterior à Segunda Guerra.

A década de 1960 trouxe consigo o fortalecimento da chamada *história social*, que considerava aspectos não políticos do passado em sua análise, o que constituiu uma inovação metodológica frente à abordagem praticada até então. Apesar disso, Salomon (1993) aponta para a chamada estagnação acadêmica dos estudos históricos das RI e elenca algumas razões para a sua gênese. Segundo Salomon (1993), a disciplina foi criticada, entre outras coisas, por “ter um propósito descritivo, com o objetivo principal de recontar um curso de eventos, de faltar perspectiva analítica, de não se interessar por problemas metodológicos, por não se relacionar com outras tendências de pesquisa e pela falta de habilidade em generalizar”.

Salomon (1993) aponta que esse desinteresse pode ter sido gerado pelo fato de que os estudos históricos estavam até então presos a uma lógica idealista e tradicional do saber, que desconsiderava valores e ligações externas, ao invés de embasados em uma postura emancipatória, que procura saber qual tipo de conhecimento é relevante em um contexto social mais extenso e considera valores - conscientes e explícitos - como determinantes na pesquisa.

Haber, Kennedy e Krasner (1997) destacam que as relações internacionais enquanto disciplina também “premiar” trabalhos engajados em cuidadosa análise empírica, uma vez que os dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, têm sido usados para testar relações causais, e a maior parte desses estudos conduzidos por cientistas políticos, que são teóricos das relações internacionais, têm se baseado nos trabalhos de pesquisadores da história diplomática.

King, Keohane e Verba (1994), em um trabalho seminal sobre a pesquisa qualitativa, ao destacar os critérios para a definição de um desenho de pesquisa, o elemento histórico aparece: é preciso olhar para o mundo real dos fenômenos políticos e sociais e para os eventos e problemas históricos e atuais que moldam a vida das pessoas. Os autores apontam que descrever e explicar são essenciais: não podemos construir explicações causais significativas sem uma boa descrição que, por sua vez, perde maior parte do interesse a não ser que seja ligada a relações causais.

Para Lawson (2010), a relação entre os campos da História e das RI, apesar de momentaneamente esfriada com a emergência do behaviorismo em meados da década de 1960, nunca foi completamente rompida. Para ele, a História foi sempre aplicada na disciplina, ainda que de forma desigual e não coesa. Assim, o surgimento de pesquisas e teóricos que usam o método histórico, como o construtivismo e a Escola Inglesa, constituem mais um retorno do que uma grande novidade.

Roberts (2006) sugere que a contribuição da história narrativa para a teoria de relações internacionais seria seu uso não como um recurso adjunto ou empírico, mas como uma perspectiva teórica por si própria: “historiadores das relações internacionais podem não aderir a uma teoria de relações internacionais específica, mas eles praticam uma filosofia da história implícita, tão sofisticada e teoricamente fértil quanto qualquer outra abordagem teórica de relações internacionais”.

O autor argumenta que embora a abordagem histórica tenha ficado “fora de moda” e até “marginalizada” há não muito tempo, hoje em dia, no entanto, “falar sobre o valor da narrativa como um modo de explicação e compreensão é onipresente tanto na academia quanto no discurso público” e que na verdade, seria possível falar sobre uma “virada narrativa nas ciências humanas” (Roberts, 2006).

Em áreas como “economia, psicologia, sociologia, ciência política, têm havido uma adoção significativa da narrativa como uma ferramenta de pesquisa fundamental” e as fontes dessa “virada narrativa” seriam variadas: Roberts (2006) cita como exemplo questões como “a crise de confiança no positivismo nas ciências sociais, a redescoberta pós-estruturalista do poder da agência, o crescimento do individualismo e o apelo às narrativas emancipatórias para movimentos

identitários”, e talvez, de modo mais importante “a exposição pós-modernista das metanarrativas que sustentam grande parte da construção teórica (idem).

Não se precisa, contudo, ir tão longe: mesmo em abordagens mais tradicionais podemos observar essa relação simbiótica entre a história e as relações internacionais. Keene (2008) lembra que a Escola Inglesa é geralmente vista como um importante contato entre o estudo de história e o estudo de relações internacionais, que deriva da crença de que tal abordagem teórica permaneceu comprometida com questões históricas e normativas num tempo em que a disciplina das Relações Internacionais estava se tornando cada vez mais preocupada com o desenvolvimento de teorias “científicas” gerais. Kennedy-Pipe (2000) inclusive destacou a renovação do interesse pela Escola Inglesa e seu método histórico no início do século XX.

Saraiva (2007) aponta que “inexiste teoria consistente nas Relações Internacionais se ela não apresenta uma boa sustentação histórica” e considera que “as próprias teorias são produtos históricos encapsulados, em geral, em certas condições tempo em que tenham sido gestados”.

Para Lawson (2010), há, entretanto, uma tensão recorrente que permeia essa conturbada e longa relação entre História e Relações Internacionais. Segundo Elman e Elman (2001, p. 7), cientistas políticos são mais propensos a olhar para o passado como “forma de apoiar ou desacreditar hipóteses teóricas”, e seu estudo da história “profunda” é relevante para seus objetivos de pesquisa, na medida em que os permitem “gerar, testar ou refinar a teoria”, enquanto historiadores estariam, por contraste, mais interessados e nos eventos do passado em si, e “o objetivo de construção e teste de teoria é secundário”. O tema será tratado na seção a seguir.

## **2. Diferenças metodológicas e epistemológicas entre a História e as Relações Internacionais**

A visão tratada até aqui aponta para diferenças metodológicas e epistemológicas entre as duas áreas do saber, e também para o que seria uma divisão de trabalhos entre cientistas políticos elaboradores de teorias e historiadores “contadores de histórias” e demarcam, ainda, uma série de outras diferenças, de acordo com Lawson (2010, p. 204), como: (a) métodos, com um foco em fontes secundárias *versus* foco em fontes primárias; (b) objetivos, com a identificação de regularidades, mecanismos e continuidades *versus* o destaque de eventos específicos, ambiguidade e mudanças; (c) orientação, nomotética *versus* idiográfica; (d) sensibilidade, com a parcimônia *versus* complexidade; (e) condições de escopo, analítico *versus* temporal/espacial; (e) noções de causalidade, a “transhistórica” *versus* a “específica do contexto”; (f) níveis de análise, estrutura *versus* unidade.

Essa dicotomia polarizadora embasa o que Lawson (2010) denomina de “divisão eterna” entre História e RI. O autor acredita que a maioria dos pesquisadores internacionalistas está presa em dois pólos igualmente insatisfatórios.

O primeiro deles vê a história como um lugar para verificação empírica de reivindicações abstratas, entendendo-a como uma escritura (*scripture*), aplicando lições atemporais removidas de seus respectivos contextos e aplicadas a quaisquer situações. Essa primeira tendência vai de encontro ao que Lawson denomina de virada histórica nas RI, que clama por atenção a particularidades, contexto e complexidades do fenômeno analisado.

O que ocorre, de fato, é que a “[...] *history becomes an uncontested background narrative to be coded within pre-existing theoretical categories* (Lustick, 1996, *apud* Lawson, 2010, p. 205), tornando essa abordagem *ahistórica* no final das contas.

No campo das RI “tradicionais”, “[*h*] *history has always served as a tool for testing the validity of theoretical positions, and mainstream scholarship is perfectly content to use history as a barometer or litmus test for adjudicating between rival schemas*” (Lawson, 2010, p. 207). Apesar do uso do método histórico no momento da coleta dos dados, as abordagens teóricas do *mainstream* das RI falham na utilização do chamado *historicismo*, que consiste no entendimento do impacto disruptivo e constitutivo de eventos, particularidades e descontinuidades. Ou seja, um estudo e uma preocupação mais profunda são deixados de lado, tornando o estudo *histórico*, em si, apenas do ponto de vista inicial.

Nesse sentido, as abordagens neo-realismo/neo-liberalismo geram e perpetuam o que Lawson denomina de *continuist mystique*, uma espécie de mística continuísta, em que a história não é considerada por si só, mas é utilizada para explicar o presente. Isso termina por gerar o que John Hobson (2002 *apud* Lawson, 2010) denomina de ilusão de ótica gigante, que reflete o problema de uma teoria que inicia seus questionamentos a partir de uma abstração geral (por exemplo, a lógica da anarquia como característica incontestada e atemporal das RI).

Por outro lado, uma outra tendência presente nas RI é a de ver a história como o reino das incertezas (o que Lawson denomina *butterfly*), do “e se” e das distorções. Pesquisadores dessa linha tendem a fazer questionamentos do tipo: será que o ataque a *Pearl Harbor* realmente aconteceu? Bin Laden estava mesmo vivo nos episódios do 11 de Setembro? Segundo Lawson, “*the result of the ‘if only’ school of history is a reduction of the past to a ‘pick-and-mix’ sweet shop which is raided in order to satisfy the tastes and tropes of the researcher*” (Lawson, 2010, p. 205). Essa linha de raciocínio, apesar de se auto conclamar como verdadeiramente histórica, termina sendo

ahistórica, uma vez que não consegue ver que o fato histórico faz parte de uma cadeia de eventos muito maior.

Para os teóricos desse segundo grupo, a História é inerentemente contestável, instável e disruptiva. Como tal, pesquisadores precisam passar de um entendimento da história como “fonte de ‘verdades essenciais’, ‘categorias intemporais’ e ‘realidade imutável’ para uma que vê a história como impermanente, contestada e contingente [...]. A história não é um reino de continuidade mas de imensurável diferença, continuidade e dissenso” (Lawson, 2010, p. 208).

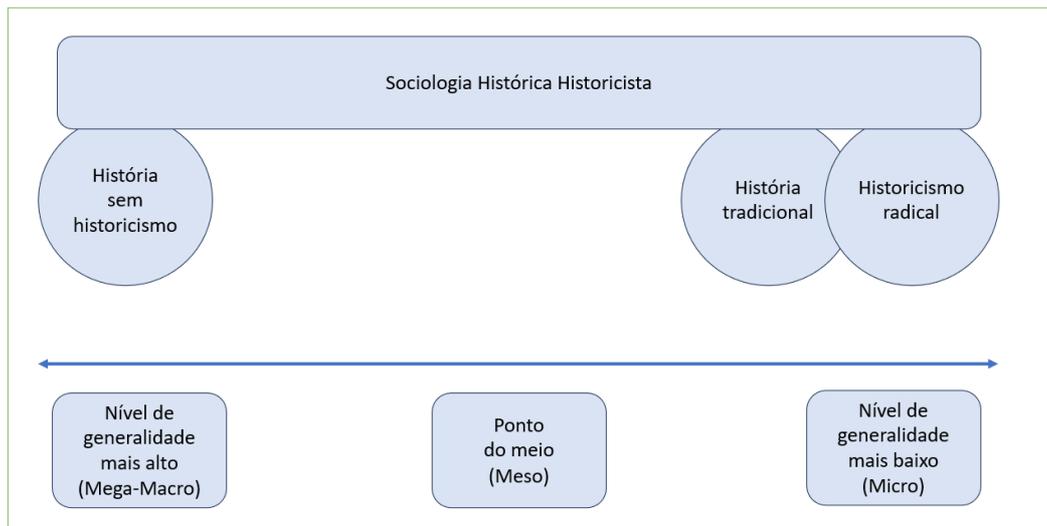
Exemplo dessa linha de raciocínio, Vaughan-Williams (2005) vê a história como um “problema em aberto” e não acredita que ela possa ser “resolvida”. Para o autor, a história não é um meio pelo qual verdades absolutas podem ser extraídas, mas, antes, um espaço que se preocupa com diferenças, disperses e alteridade ao longo do espaço e do tempo. Vaughan-Williams, segundo a leitura de Lawson, vê a História como uma ferramenta de desestabilização que pode revelar as distorções de posições ontológicas e de poder nas Relações Internacionais. Inclusive é importante ter em mente que a história, em si, é um “empreendimento dinâmico”, como lembra Smith (2005), constantemente repensada e reescrita.

Essas duas tendências, então, são perpetuadas e reproduzidas pela prática teórica do campo das RI. Enquanto a maioria das abordagens do chamado *mainstream* vê a história como uma *scripture*, as abordagens pós-positivistas, em especial o pós-estruturalismo, usa a história como instrumento para romper com o conhecimento de poder pré-existente, visão essa denominada de *butterfly*. Para Lawson, esse binário polarizador não reflete o potencial do método histórico em contribuir com as RI e precisa, urgentemente, ser superado.

A respeito da não sustentabilidade de nenhum dos dois usos da história, Lawson (2010, 209) nenhum dos dois auxilia de forma ótima na formação de análises empírica e teoricamente precisas dos eventos, processos e dinâmicas da política mundial hodierna.

Lawson e Hobson (2008) também reconhecem a não singularidade da pesquisa histórica nas RI e vão além, ao afirmarem que existem, pelo menos, quatro tipos de pesquisa histórica no campo, retratadas em quatro tipos ideais: (a) história sem historicismo; (b) historicismo radical; (c) história tradicional e (d) sociologia histórica historicista. Para eles, a resposta ao questionamento sobre o que é História nas RI perpassa a análise desses quatro tipos ideais, demonstrados na Figura 1.

**Figura 1:** Os quatro modos de História nas Relações Internacionais.



Fonte: Lawson e Hobson (2008), tradução das autoras, com adaptações.

A primeira categoria, a história sem historicismo, estabelece proposições universais que podem ser aplicadas através do tempo e do espaço, procurando elaborar não apenas uma narrativa, mas a grande narrativa que se aplica universalmente a qualquer realidade. Esse modo de análise histórica sustenta teorias como o neo-realismo e o institucionalismo neoliberal. Utilizando os termos de Lawson (2010), essa categoria utiliza a história como uma escritura, uma vez que aplica “lições” e regras pré-estabelecidas e invioláveis para sustentar hipóteses de pesquisa. Essa corrente “[...] *provides a potentially rich stream of data, producing lessons and acting as test-cases for deductively derived hypothesis*” (Lawson & Hobson, 2008, p. 11).

O outro extremo da Figura 1 mostra a segunda categoria, denominada de historicismo radical, advinda do campo do criticismo literário, que defende que um texto só pode ser considerado como um produto de um determinado espaço e lugar, refletindo um contexto intelectual e cultural específico.

Nas RI, esse tipo de análise histórica está presente no trabalho de Nick Vaughan-Williams (2005), com raízes nas contribuições de Michel Foucault e Jacques Derrida. A principal característica consiste na defesa de que “no lugar da verdade que não existe, há muitas verdades - na verdade uma infinidade de verdades possíveis” e essa posição “abraça uma visão da história como um problema infinito que nunca pode ser resolvido” e a ideia de “tentar fazê-lo é meramente cair em outra grande narrativa totalizante (Lawson & Hobson, 2008, p. 12).

Como visto acima, essa corrente acredita que as teorias de RI jamais poderão chegar a uma conclusão acerca da realidade internacional. O ponto principal em fazer história, para esse grupo, é

resistir à tentação de “domínio” da própria História. Esta corrente entende a “desconstrução sem reconstrução” como o caminho, uma vez que essa ferramenta auxilia a revelar as posições políticas de poder que estão por trás dos fatos históricos. Nas RI, as abordagens pós colonialistas incorporam essa categoria de análise histórica.

Após a análise dos dois extremos, chega-se à terceira categoria apontada por Lawson e Hobson (2008, p. 14), a chamada “história tradicional”, que está confortável com a visão de que há um mundo “lá fora”, que pode ser explicado via “análise histórica aprendida”. Para os autores (*idem*) “uma abordagem ‘objetiva/a-histórica’ às relíquias (arquivos/documentos primários) é vital para o processo. [...] historiadores tradicionais rejeitam a aplicação de modelos teóricos para o estudo de história.

Para os historiadores tradicionais, a análise histórica embasada em teorias termina sendo ou uma grande síntese ou uma mera tentativa de contar a realidade a partir de versões irreais da história, uma vez que os teóricos escolhem, ao acaso, os fatos que melhor explicam suas teorias (*idem*). Nesse sentido, os historiadores tradicionais se aproximam do historicismo radical, uma vez que ambos desconstruem as grandes narrativas da realidade internacional - apesar de fazê-lo por diferentes razões - e tendem ao particularismo e à resistência compartilhada a análises puramente teóricas.

O último modo de análise histórica abordado pelos autores - que é, também, a escolha dos próprios - é denominado de sociologia histórica historicista (*historicist historical sociology*) e tem como principal expoente E. H. Carr (1964 *apud* Lawson & Hobson, 2008). Segundo essa visão, o primeiro passo ao se estudar história é estudar tanto o historiador quanto o contexto mais amplo, aqui entendido como os ambientes histórico, social, político e econômico.

Faz-se mister, em igual medida, ter em mente que o fato histórico nunca fala por si próprio, mas está incrustado em meios sociais muito mais abrangentes, o que significa que não há, nem nunca haverá, verdade absoluta sobre o passado, como defendem os historiadores tradicionais (Lawson & Hobson, 2008). Ou seja, a visão de análise histórica dessa categoria está intimamente ligada à ideia de contextualismo.

Isso implica em assumir que a história é “[...] *a selective system, an inherently social process best considered as a dialogue between past and present societies*” e que esse diálogo entre passado e presente, conforme defendido por Carr, significa que “o trabalho do historiador se torna o de diferenciar entre causas significativas e acidentais”, fornecendo “significado inteligível em um mundo de mudança e contestações incessantes, ficando abertos a novos fatos, interpretações e explicações de um assunto” (Lawson & Hobson, 2008, p. 17).

Essa seria, então, a essência da sociologia histórica historicista que, apesar de combater algumas premissas das três categorias supracitadas, tem muito em comum com algumas delas. Epistemologicamente, encontra-se entre a abordagem construcionista e a desconstrucionista, reconhecendo “[...] *the role of accident, contingency, agency, contextuality and particularity alongside that played by structure and continuity*” (Lawson & Hobson, 2008, p. 17).

Por fim, Lawson & Hobson (2008) defendem que essa última categoria representa um meio de superar as diferenças metodológicas existentes entre os diferentes modos de análise histórica nas RI, e acredita que, apenas por meio da superação dessas dicotomias desagregadoras, seja possível otimizar a pesquisa histórica no campo.

### **3. Utilizações do Método Histórico no campo das Relações Internacionais: tipologias e possíveis aplicações**

Bell (2001) argumenta que na virada do século as Relações Internacionais estariam em algo que poderia ser denominado de “virada historiográfica”, na qual o estudo da história do pensamento político, assim como a história intelectual da disciplina, é levado mais a sério, estudada mais cuidadosa e explicitamente, e desempenha um maior papel no debate teórico.

Conforme elucidado no item anterior, é fato que não há um único modo de aplicação do método histórico nas RI. A escolha particular do pesquisador reflete a maneira pela qual ele/ela analisa e entende o sistema internacional e as relações internacionais. A seguir, abordar-se-á algumas maneiras de aplicação do método no campo, trazendo à luz as contribuições de autores quanto ao “fazer história” nas RI e algumas técnicas de estudo que podem ser utilizadas.

Salomon (1993) acredita que o método histórico pode ser utilizado como ferramenta analítica no estudo das RI e elenca seis maneiras por meio das quais os estudiosos internacionalistas podem se beneficiar da História. Apesar de não serem mutuamente exclusivos, esses seis pontos precisam ser distinguidos, uma vez que representam diferentes abordagens e caminhos na utilização do método.

Em primeiro lugar, a história ou o método histórico podem ser utilizados para estabelecer fatos históricos *per se*, ou seja, averiguar sobre fatos e/ou pessoas do passado, o que constitui uma tarefa básica para o analista.

Segundo, a história pode ser utilizada para sintetizar ou traçar longas linhas de desenvolvimento para demonstrar mudança ou continuidade na sociedade. Essa perspectiva de analisar de um estágio a outro permite focar nas concepções, valores e aspirações do indivíduo, fugindo da mera generalização. Salomon critica a tendência, nas Ciências Sociais, de desenvolver

inovações teóricas com base em acontecimentos recentes, o que pode gerar falsas premissas. Para ele, generalizações devem ser feitas com base em um recorte temporal mais abrangente e inclusivo.

A terceira forma de utilização consiste na análise de como um fenômeno é estabelecido, institucionalizado e cimentado. O método histórico se diferencia, aqui, de uma abordagem meramente evolucionista. Salomon exemplifica esse terceiro ponto com o caso do sistema internacional de proteção aos refugiados. O entendimento da atual situação – precária, diga-se de passagem – das políticas mundiais de refúgio só pode ser alcançado se voltarmos à análise do contexto histórico que o gerou, no período do fim da Segunda Grande Guerra. A compreensão das condições que geraram o fato histórico é requisito *sine qua non* para o melhoramento das atuais políticas para a proteção dos refugiados, no caso do exemplo utilizado.

Em quarto lugar, a história pode ser utilizada como ferramenta analítica para estabelecer ligações e para testar e desenvolver teorias, ou seja, para generalizar. O objetivo e o bônus do uso do método seria não apenas explicar uma única situação, mas compará-la a outros fenômenos similares. Dentre as vantagens desse quarto uso, Salomon (1993) destaca que a história pode auxiliar “[...] *to reveal similarities and differences by comparing phenomena in the past with each other or with the present. This in turn will make it possible to discuss what is genuinely unique in our times and what is general feature*” (p. 384). Esse uso da história pode ser visto na utilização da ferramenta do estudo de caso nas RI contemporâneas.

O estudo de caso é definido por Ragin (2013) como uma “estratégia de pesquisa baseada em uma investigação empírica profunda de um, ou de um pequeno número de casos, de fenômenos com o objetivo de explorar a configuração de cada caso” e ainda com objetivo de “elucidar aspectos de uma classe maior de fenômenos similares, através do desenvolvimento e da avaliação de explicações teóricas.

Nesse sentido, o estudo de caso seria útil para descobrir o significado específico de determinada questão (ou caso) e extrair conhecimento generalizável que tenha relação com outros casos, uma vez que este é um fenômeno pertencente a uma classe de eventos maiores. O método histórico auxiliaria na identificação desses eventos e na análise da influência deles no fenômeno estudado.

O quinto uso da história nas RI seria para encontrar a origem de um fenômeno ou de um evento, a partir do desenho de uma linha que vai de volta ao passado e tenta explicar, por exemplo, as causas de uma guerra. Novamente é possível apontar uma ferramenta de pesquisa que auxiliaria nesse ponto. Aqui, destaca-se o *process tracing*, ou delineamento de processo, que é definido como

*“a procedure for identifying steps in a causal process leading to the outcome of a given dependent variable of a particular case in a particular historical context”* (George & Bennet, 2005, p. 176).

Por meio dessa ferramenta analítica, o pesquisador pode avaliar empiricamente as preferências e percepções dos atores, seus objetivos, propósitos e valores (Venesson, 2008), numa perspectiva que tem como ponto de partida o fenômeno estudado e analisa, de trás para frente, as condições que levaram ao acontecimento dele. King, Keohane e Verba (1994) lembram que a inferência causal é impossível sem uma boa inferência descritiva (mas a inferência descritiva, sozinha, é geralmente insatisfatória e incompleta).

Por fim, Salomon (1993) aponta que a história pode ser aplicada por meio de estudo de como a própria história é usada e interpretada, ou seja, como entender de que forma o processo histórico resultou na vida contemporânea dos dias de hoje. Uma das maneiras de fazê-lo seria por meio da análise dos materiais de ensino do campo, com o objetivo de discutir o significado do panorama histórico por ele apresentado, mostrando que ele é apenas um subproduto de um determinado período de tempo.

Outro ponto importante seria a análise do retrato que os atores têm do passado, retrato este que pode ser inconsciente, na medida em que é parte de um passado cultural muito mais antigo que o próprio ator, e dependente de suas próprias interpretações a respeito dos fatos.

Apesar de todas essas aplicações, Salomon (1993) aponta para uma importante e desafiadora característica da relação entre história e RI, levantada, antes, por Alexander George, em 1979. Segundo George (apud Salomon, 1979), é verdade que as lições aprendidas em um caso podem ser contraditas pelo estudo de um novo caso. Os historiadores entrariam em ação, assim, no sentido de *“[...] provide reminders that the lessons of history are not always clear and that reviewing the current situation as analogous to an earlier historical case may be misleading”* (Salomon, 1993, p. 386). O método histórico ajudaria na compreensão de questões contemporâneas sempre levando em consideração o olhar cuidadoso, e cauteloso, ao passado.

Ainda na seara recomendatória da aplicação da história no campo das RI, Schroeder (1997) alerta para o fato de que alguns teóricos internacionalistas usam o método histórico de maneira errônea. Um dos erros apontado pelo autor é o fato de cientistas políticos usarem outros cientistas políticos para tratar de temas históricos, ao invés de recorrer à literatura da História propriamente dita, o que termina tornando o fato histórico em algo que ele não necessariamente é.

Trachtenberg (2006), por sua vez, procura desmistificar o trabalho histórico a fim de que o campo da Ciência Política, no geral, e das RI, mais especificamente, se sintam mais à vontade para

usá-lo. Para ele, o maior desafio tanto para a História quanto para as RI consiste em conectar o empírico ao conceitual, tomando o cuidado de não (ab)usar do método histórico de maneira errônea.

### **Considerações finais**

O campo das Relações Internacionais vem, há muito, lutando por uma maior autonomia, e já entendeu que a realização desse objetivo perpassa pelo seu amadurecimento metodológico e epistemológico. É imperativo que os acadêmicos do campo, e também os estudantes, tenham consciência da urgência em se preocupar com o rigor metodológico e o refinamento da pesquisa dentro das RI.

Em parte, entendendo essa necessidade e, por outro lado, com o intuito de lançar luz a um debate pouco conhecido, o presente artigo procurou demonstrar como se dá a relação entre os campos da História e das RI que, como foi visto, não é algo linear ou de simples entendimento. Tão variadas e complexas quanto o objeto de estudo de RI são as formas de aplicação do método histórico enquanto ferramenta analítica de pesquisa no campo.

Adiciona-se que o homem é um ser historicamente orientado (Schmidt, 2017) e a consciência histórica transpassa a interpretação sendo ela metodologicamente controlada ou não. Deste modo, para uma análise eficaz das relações internacionais o sujeito deve reconhecer a necessidade do controle metodológico de sua própria consciência histórica.

O artigo procurou demonstrar que a escolha pelo método histórico depende, em primeiro lugar, das escolhas teóricas do próprio pesquisador e traz consigo uma série de outras premissas ontológicas. Depende, também, da visão das relações internacionais que se adota e da intencionalidade ao abordar – ou até mesmo escolher – determinado fato histórico.

Por fim, intentou demonstrar a necessidade de abandono da dicotomia limitadora que polariza o *mainstream* ahistórico do pós-positivismo historicista – fato este inclusive bastante questionável, conforme abordado na primeira seção – a fim de potencializar as contribuições e aplicações do método histórico e suas ferramentas analíticas para uma melhor, e mais completa, compreensão das relações internacionais contemporâneas.

### **Referências**

BELL, Duncan A. (2001). International relations: the dawn of a historiographical turn? **British Journal of Politics and International Relations**, 3 (1): 115-126.

BUKOVANSKY, Mlada, et al. (2023) **The Oxford Handbook of History and International Relations**. Oxford: Oxford Handbooks. Disponível em: [<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198873457.001.0001>]. Acesso: 05/12/2023.

- ELMAN, Colin, ELMAN, Mirian Fendius (editors) (2001). *Bridges and Boundaries: Historians, Political Scientists, and the Study of International Relations*. Cambridge (USA): MIT Press.
- GEORGE, Alexander L., BENNET, Andrew. (2005). **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT Press.
- GLENCROSS, Andrew. (2015). From ‘doing history’ to thinking historically: historical consciousness across history and international relations. **International Relations**, 29 (4): 413-433.
- HABER, Stephen; KENNEDY, David; KRASNER, Stephen. (1997). Brothers under the skin: diplomatic history and international relations. **International Security**, 22 (1): 34-43.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. (2007). **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- KEENE, Edward. (2008). The English School and British Historians. **Millennium: Journal of International Studies**, 37(2): 381-393.
- KENNEDY-PIPE, Caroline. (2000). International History and International Relations Theory: a dialogue beyond the Cold War. **International Affairs**, 76 (4): 741-754.
- KEOHANE, Robert O. (1988). International institutions: two approaches. In KIRTON, John J. (ed.). **International Studies Quarterly**. London: Routledge, 171-188.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. (1994). **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University Press.
- LAPID, Yosef. (1989). The third debate: on the prospects of international theory in post-positivist era. **International Studies Quarterly**, 33 (3): 235-254.
- LAWSON, George. (2010). The eternal divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, 18 (2): 203-226.
- LAWSON, George; HOBSON, John M. (2008). What is history in international relations? **Millennium: Journal of International Relations**, 37 (2): 415-435.
- RAGIN, Charles C. (2013). Reflections on casing and Case-Oriented research. In Byrne, David; Ragin, Charles C. (eds.). **The SAGE handbooks of Case-Based methods**. London: SAGE Publications, 522-534.
- ROBERTS, Geoffrey. (2006). History, theory and the narrative turn in the IR. **Review of International Studies**, 32 (4): 703-714.
- SALOMON, Kim. (1993). What is the use of international history? **Journal of Peace Research**, 30 (4): 375-389.
- SARAIVA, José F. S. (org.). (2007). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva.
- SCHMIDT, Maria A. (2017). Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da história. **Intelligere**, 3 (2): 60-76.
- SCHROEDER, Paul W. (1997). History and International Relations Theory: not use or abuse, but fit or misfit. **International Security**, 22 (1): 64-74.
- SMITH, Thomas. (2005). **History and International Relations**. Londres: Routledge.
- TRACHTENBERG, Marc. (2006). *The Craft of International History: a guide to method*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. (2005). International Relations and the 'Problem of History'. **Millennium: Journal of International Relations**, 34 (1): 115-136.

VENNESSON, Paul. (2008). Case studies and process tracing: theories and practices. *In* DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (eds.). **Approaches and Methodologies in Social Sciences: a pluralist perspective**. New York: Cambridge University Press.